



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 22/2023
Autoria: Vereador Bruno Leite

EMENTA: "Dispõe sobre a implantação de sinais que indiquem a presença de animais em trânsito nas faixas de pedestres das vias com maiores movimentações de animais pets no Município de Monte Mor".

Trata-se de Projeto de Lei de autoria de vereador Bruno Leite, que visa a implantação de sinalização de trânsito indicativa da presença de animais pets em vias do município.

Assim, a propositura legislativa foi encaminhada à esta Procuradoria Jurídica, para que, seja emitido o devido parecer quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos relativos ao projeto apresentado.

É o relatório. Passo a opinar.

Primeiramente, veja que o Código de Trânsito Brasileiro em seu artigo 1º, considera o termo "trânsito" como utilização das vias por pessoas e animais.

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

Não obstante, veja que o Código de Trânsito Brasileiro ainda dispõe sobre a competência no âmbito Municipal, quanto ao planejamento, regulamentação e operação do trânsito, seja de pedestres ou animais, conforme transcrito abaixo:

Art. 21. Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

Veja ainda que, tanto o artigo 53 da CTB, bem como o artigo 7º da Lei Municipal nº 1099/2004, determina que os animais só podem circular pelas vias, sendo conduzidos por pessoas.



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

Art. 53. Os animais isolados ou em grupos só podem circular nas vias quando conduzidos por um guia, observado o seguinte:

Art. 7º - É proibido o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, exceto com uso de coleira e guia, conduzido por pessoas com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

Assim, a responsabilidade pela segurança dos animais pets nas vias da cidade de Monte Mor, são exclusivas de seu pedestre, e ainda, o condutor que não reduzir a velocidade do seu veículo de forma compatível com a segurança do trânsito pode ser multado, sendo este considerado de infração grave.

Art. 26. Os usuários das vias terrestres devem:

I – abster-se de todo ato que possa constituir perigo ou obstáculo para o trânsito de veículos, de pessoas ou de animais, ou ainda causar danos a propriedades públicas ou privadas;

Art. 220. Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito:

(...);

XI – à aproximação de animais na pista;

Infração – grave; Penalidade – multa;



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

Por fim, veja que o Código de Transito Brasileiro não só dispõe sobre a materia em discussão, como também já possui o sinal de advertência para indicação de existência de animais no local, em seu anexo II, 1.2.3 – Conjunto de Sinais de Advertência, qual seja:



Sendo assim, exara-se Parecer opinando pela inviabilidade do Projeto de Lei nº 022/2023.

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo a consequente aprovação.

Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.

A opinião desta Procuradoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Monte Mor/SP, 03 de Abril de 2023.

KÁTIA GISELE DE FRIAS ROCHA
Procuradora Jurídica